

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CNPJ/MF: 04.368.898/0001-06
- Atividades: (i) prestar serviço público de distribuição de energia elétrica e serviços correlatos; e (ii) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de distribuição de energia elétrica.

Para atingir os objetivos sociais acima enumerados, bem como obter resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade, a Copel DIS firmará contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 27/10/2016
- Data de Vencimento: 27/10/2019
- Banco Escriurador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CPLD12/ BRCPLDDBS010
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados ao pagamento da 1ª (primeira) parcela referente à amortização do valor nominal unitário das debêntures da primeira emissão de debêntures da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 28/04/2016, foi aprovada a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 04/07/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 12, referente à alteração no número de diretorias, com a inclusão de Diretoria de Relações Institucionais; (ii) artigo 18, referente à definição de competências do Diretor de Relações Institucionais; e (iii) artigos 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 foram remunerados, respectivamente, para os artigos 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.

Em AGE, realizada em 23/12/2016, foi aprovada a alteração dos artigos 12 e 18 do Estatuto Social da Companhia, referente à alteração na denominação da diretoria, que passa a se chamar Diretoria Jurídica e de Relações Institucionais.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: estatal;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 1,09 em 2015 para 0,87 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,57 em 2015 para 0,94 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,53 em 2015 para 0,91 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,91 em 2015 para 0,83 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 11,3% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 19,2% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 24,7% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 2,0% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 9,2% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 124,00% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016): não houve pagamentos no período.
- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 50.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 50.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
 - Amortização: não houve;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: não houve;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Garantidora (Companhia Paranaense de Energia – Copel) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 7.1, alínea “(ff)” da Escritura de Emissão.

Limites e Índices Financeiros

Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado	≤ 3,5	2,88	Cumpriu
Índice de cobertura do serviço da dívida - Com Rolagem *	≥ 1,5	1,97	Cumpriu

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) Fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 30/10/2017;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

31/10/2016 – R\$ 5.000,000000

Juros:

02/05/2016 – R\$ 724,027039

31/10/2016 – R\$ 741,309160

(ii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**

- Emissão: 5ª.
- Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;

- Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 13/05/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Juros:
 - 13/05/2016 – R\$ 752,247399
 - 14/11/2016 – R\$ 769,258700
- (iii) Denominação da companhia ofertante: **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**
 - Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
 - Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 15/05/2020;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Juros:
 - 16/05/2016 – R\$ 1.569,778700
- (iv) Denominação da companhia ofertante: **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**
 - Emissão: 2ª.
 - Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
 - Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 13/07/2019;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.
- (v) Denominação da companhia ofertante: **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 160.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 16.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/10/2024;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Juros:
 - 15/04/2016 – R\$ 349,901312
 - 17/10/2016 – R\$ 424,254801

- (vi) A Pentágono atua como Agente Fiduciário na 2ª Emissão de Notas Promissórias da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.. Desta forma, informamos que o(s) respectivo(s) relatório(s) encontra(m)-se disponível(is) no site: <http://www.pentagonotrustee.com.br/>

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações



não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos Patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	330.810	416.086
Títulos e valores mobiliários	5	-	165
Cauções e depósitos vinculados		1.056	1.717
Clientes	6	1.783.081	2.353.136
Ativos financeiros setoriais	7	-	910.759
Outros créditos	9	192.465	272.652
Estoques		90.591	89.343
Imposto de renda e contribuição social	10.1	115.908	20.592
Outros tributos a recuperar	10.3	54.749	49.988
Despesas antecipadas		19.889	21.634
Partes relacionadas	12	53	19.482
		2.588.602	4.155.554
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	1.467	1.289
Cauções e depósitos vinculados	16.1	73.074	86.137
Clientes	6	117.459	40.676
Depósitos judiciais	11	410.737	352.712
Ativos financeiros setoriais	7	-	134.903
Contas a receber vinculadas à concessão	8	614.806	424.140
Outros créditos	9	47.087	19.083
Imposto de renda e contribuição social	10.1	16.143	14.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	616.301	307.152
Outros tributos a recuperar	10.3	49.174	45.765
Partes relacionadas	12	24.984	-
		1.971.232	1.426.826
Investimentos		1.362	1.374
Intangível	13	5.513.381	5.131.512
		7.485.975	6.559.712
TOTAL DO ATIVO		10.074.577	10.715.266

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	178.348	158.281
Partes relacionadas	12	135	-
Fornecedores	15	867.410	988.683
Imposto de renda e contribuição social	10.1	-	65.632
Outras obrigações fiscais	10.3	145.664	182.658
Empréstimos e financiamentos	16	299.299	101.141
Debêntures	17	524.036	523.967
Dividendos a pagar		149.500	133.950
Benefícios pós-emprego	18	33.649	30.722
Encargos do consumidor a recolher	19	135.333	261.422
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	160.947	113.524
Passivos financeiros setoriais	7	155.261	-
Outras contas a pagar	21	91.410	93.767
		2.740.992	2.653.747
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	10.3	117.054	79.343
Empréstimos e financiamentos	16	502.161	770.722
Debêntures	17	492.188	499.411
Benefícios pós-emprego	18	480.246	365.049
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	183.800	164.441
Passivos financeiros setoriais	7	123.731	-
Provisões para litígios	22	607.307	578.880
		2.506.487	2.457.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	23.1	4.176.841	3.342.841
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		498.000	834.000
Ajustes de avaliação patrimonial	23.2	31.270	75.990
Reserva legal	23.3	120.987	167.490
Reserva de retenção de lucros	23.3	-	1.052.826
Dividendo adicional proposto		-	130.526
		4.827.098	5.603.673
TOTAL DO PASSIVO		10.074.577	10.715.266

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	Reapresentado 31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	8.344.765	9.797.855
Custos Operacionais	25	(7.731.554)	(8.867.159)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		613.211	930.696
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	25	(195.305)	(134.113)
Despesas gerais e administrativas	25	(380.809)	(293.621)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(194.709)	(221.504)
		(770.823)	(649.238)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(157.612)	281.458
Resultado Financeiro	26		
Receitas financeiras		396.880	354.626
Despesas financeiras		(369.868)	(340.439)
		27.012	14.187
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(130.600)	295.645
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.4		
Imposto de renda e contribuição social		(314.842)	(131.619)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		286.113	42.028
		(28.729)	(89.591)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(159.329)	206.054

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Copel Distribuição S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 3.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de março de 2017, que não conteve qualquer modificação.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F-PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3